Processo nº 888/2021

Acordam na Secção Cível e Administrativa do Tribunal de Segunda Instância da RAEM

I

A, instaurou no Tribunal Judicial de Base acção de processo comum do trabalho, contra a B (doravante abreviadamente designada B), ambos devidamente identificados nos autos.

A acção veio a ser julgada parcialmente procedente pela seguinte sentença:

一、概要

原告 A (身份資料載於卷宗) 針對被告 B (身份資料載於卷宗) 提起普通勞動訴訟程序。

*

原告請求裁定本訴訟理由成立，並判處被告向原告支付：

1) MOP\$9.270,00, a título de subsídio de efectividade, acrescido de juros legais até integral e efectivo pagamento relativo ao período de 08/11/2009 a 31/07/2010;

2) MOP\$6.952,50, a título de devolução das quantias de participação no alojamento, acrescida de juros até efectivo e integral pagamento relativo ao período de 08/11/2009 a 31/07/2010;

3) MOP\$75.281,00, a título de trabalho extraordinário prestado, acrescido de juros legais até integral e efectivo pagamento relativo ao período de 08/11/2009 a 31/12/2019;

4) MOP\$50.187,00 a título de descanso compensatório não gozado entre, acrescido de juros legais até integral e efectivo pagamento relativo ao período de 08/11/2009 a 31/12/2019;

5) MOP\$131.275,00, pela prestação de trabalho ao sétimo dia em cada período de sete dias de trabalho consecutivo acrescida de juros até efectivo e integral pagamento relativo ao período de 08/11/2009 a 31/12/2019;

6) MOP\$131.275,00, a título de descanso compensatório não gozado, em sequência do trabalho prestado em dia de descanso semanal, relativo ao período de 08/11/2009 a 31/12/2019;

7) Em custas e procuradoria condigna.

原告還提交卷宗第 22 至 42 頁之文件。

*

檢察院其後進行試行調解，但雙方並無法達至和解。

*

在傳喚被告後，其作出答辯，有關答辯狀載於卷宗第 60 至 74 頁。

被告認為，原告所提出的事實不應獲得證實，故應裁定原告敗訴並駁回原告全部請求。

*

在依法進行辯論及審判之聽證後，本院現對案件作出審理。

*

二、 訴訟前提

本院對此案有事宜、地域及審級管轄權，且訴訟形式恰當。

各方當事人具備當事人能力、訴訟能力及正當性，且獲適當訴訟代理。

沒有妨礙審理案件實質問題之無效、抗辯及先決問題。

*

三、 事實理由

經辯論及審判之聽證後，本案以下事實被視為獲得證實：

- Desde 08/11/2009 até ao presente o Autor esteve ao serviço da Ré (B), prestando funções de “guarda de segurança”, enquanto trabalhador não residente. (A)

- O Autor foi recrutado pela Sociedade C – Serviço de Apoio e Gestão Empresarial Cia, Lda. – e, exerceu a sua prestação de trabalho ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviços n.º 2/2003 (Cfr. fls. 23 a 28, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido). (B)
- Entre 08/11/2009 e 31/07/2010 o Autor exerceu as suas funções para a Ré (B), do Contrato de Prestação de Serviços n.º 2/2003. (C)
- Entre 01/08/2010 a 31/07/2011, o Autor exerceu a sua actividade profissional para a Ré (B) ao abrigo do Despacho n.º 06279/IMO/GRH/2010 (Cfr. fls. 29, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido). (D)
- Entre 01/08/2011 a 31/07/2012, o Autor exerceu a sua actividade profissional para a Ré (B) ao abrigo do Despacho n.º 06743/IMO/GRH/2011 (Cfr. fls. 30, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido). (E)
- Entre 01/08/2012 a 31/07/2013, o Autor exerceu a sua actividade profissional para a Ré (B) ao abrigo do Despacho n.º 11206/IMO/GRH/2012 (Cfr. fls. 31, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido). (F)
- Entre 01/08/2013 a 20/07/2014, o Autor exerceu a sua actividade profissional para a Ré (B) ao abrigo do Despacho n.º 14932/IMO/GRH/2013 (Cfr. fls. 32, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido). (G)
- Entre 21/07/2014 a 20/07/2015, o Autor exerceu a sua actividade profissional para a Ré (B) ao abrigo do Despacho n.º 16331/IMO/GRH/2014 (Cfr. fls. 33, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido). (H)
- Entre 21/07/2015 a 20/07/2016, o Autor exerceu a sua actividade profissional para a Ré (B) ao abrigo do Despacho n.º 21493/IMO/GRH/2015. (I)
- Entre 21/07/2016 a 20/07/2017, o Autor exerceu a sua actividade profissional para a Ré (B) ao abrigo do Despacho n.º 20355/IMO/GRH/2016. (J)

- Entre 21/07/2017 a 15/01/2018, o Autor exerceu a sua actividade profissional para a Ré (B) ao abrigo do Despacho n.º 15014/IMO/DSAL/2017. (K)
- Desde o início da prestação de trabalho, o Autor sempre respeitou os períodos e horários de trabalho fixados pela Ré. (L)
- Era a Ré quem fixava o local e o horário de trabalho do Autor, de acordo com as suas exclusivas e concretas necessidades. (M)
- Durante todo o período de trabalho, o Autor sempre prestou a sua actividade sob as ordens e instruções da Ré. (N)
- E entre 08/11/2009 a 20/07/2015 a Ré (B) pagou ao Autor a quantia de MOP\$7.500,00, a título de salário de base mensal (Cfr. fls. 29 a 31, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido). (O)
- Entre 21/07/2015 a 20/07/2018, a Ré pagou ao Autor a quantia de MOP\$7.875,00, a título de salário de base mensal. (P)
- Entre 21/07/2019 a 31/12/2019, a Ré pagou ao Autor a quantia de MOP\$10.600,00, a título de salário de base mensal. (Q)
- Resulta do ponto 3.4. do Contrato de Prestação de Serviços n.º 2/2003 ao abrigo do qual o Autor foi autorizado a prestar trabalho para as Rés até 31/07/2010, ser devido ao Autor (e aos demais trabalhadores não residentes com ele contratados) “(...) um subsídio mensal de efectividade igual ao salário de 4 dias, sempre que no mês anterior não tenha dado qualquer falta ao serviço”. (R)
- Entre 08/11/2009 a 31/12/2019, o Autor prestou trabalho diariamente, sem prejuízo de 24 dias de férias anuais por cada ano civil e dispensas de trabalho não remuneradas, nomeadamente entre 15/02/2011 e 05/03/2011 (19 dias), entre 03/12/2011 e 24/12/2011 (22 dias), entre 04/09/2012 e 22/09/2012 (19 dias), entre 07/01/2014 e 04/02/2014 (29 dias), entre 04/04/2015 e 22/04/2015 (19 dias), entre 03/03/2016 e 04/03/2016 (2 dias), entre 07/03/2016 e 16/03/2016 (10 dias), entre 20/09/2016 e 13/10/2016 (24 dias), entre 19/09/2017 e 12/10/2017 (24 dias), entre 18/09/2018 e 11/10/2018 (24 dias) e entre 03/09/2019 e 22/09/2019 (20 dias), bem como um dia de descanso no oitavo dia após cada sete dias de trabalho consecutivos durante ao serviço da Ré. (1º、2º 及 4º)

- Entre 21/07/2018 a 31/03/2019 e entre 01/04/2019 a 20/07/2019, a Ré pagou ao Autor a quantia de MOP\$7.875.00 e MOP\$10.600,00, respectivamente, a título de salário de base mensal. (3º)
- Entre 08/11/2009 a 31/07/2010, a Ré (B) nunca pagou ao Autor qualquer quantia a título de subsídio de efectividade. (5º)
- Desde o início da relação de trabalho até 31/12/2019, por ordem da Ré, o Autor estava obrigado a comparecer no seu local de trabalho, devidamente uniformizado, com, pelo menos, 30 minutos de antecedência relativamente ao início de cada turno. (9º)
- Durante o referido período de tempo, tinha lugar um briefing (leia-se, uma reunião) entre o Team Leader (leia-se, Chefe de turno) e os “guardas de segurança”, na qual eram inspeccionados os uniformes de cada um dos guardas e distribuído o trabalho para o referido turno, mediante a indicação do seu concreto posto dentro do Casino. (10º)
- Entre 08/11/2009 a 31/12/2019, o Autor compareceu ao serviço da Ré (B) com 30 minutos de antecedência relativamente ao início de cada turno, tendo permanecido às ordens e às instruções dos seus superiores hierárquicos, sem prejuízo da resposta aos quesitos 1º, 2º e 4º. (11º)
- A Ré (B) nunca pagou ao Autor qualquer quantia pelo período de 30 minutos que antecedia o início de cada turno. (12º)
- A Ré (B) nunca conferiu ao Autor o gozo de um descanso adicional remunerado, proporcional ao período de trabalho prestado. (13º)
- Desde 08/11/2009 a 31/12/2019, o Autor prestou a sua actividade de segurança para a Ré (B) num regime de turnos rotativos de sete dias de trabalho consecutivos. (14º)
- A que se seguia um período de vinte e quatro horas de não trabalho, em regra, no oitavo dia, que antecedia a mudança de turno. (15º)
- Entre 08/11/2009 a 31/12/2019, a Ré (B) não fixou ao Autor em cada período de sete dias, um período de descanso de vinte e quatro horas consecutivas, sem prejuízo da resposta aos quesitos 1º, 2º e 4º. (16º)
- Entre 08/11/2009 a 31/12/2019 – descontados os períodos em que o Autor esteve ausente de Macau – a Ré (B) nunca solicitou ao Autor autorização

para que o período de descanso não tivesse uma frequência semanal. (17º)

- Entre 08/11/2009 a 31/12/2019 a Ré (B) nunca pagou ao Autor qualquer quantia extra pelo trabalho prestado em cada um dos sétimos dias, após a prestação de seis dias de trabalho consecutivo. (18º)
- Por razões associadas às exigências do funcionamento da respectiva empresa, bem assim, em função da natureza do sector de actividade da Ré – Casino - que é de laboração continua. (19º)

*

四、 法律理由

在審定了案件事實後，現須解決相關法律適用的問題，從而對當事人的請求作出審判。

鑑於本法庭已就同一被告同類案件以相同的司法見解作出過相關判決，故本案僅重述本法庭所持的見解以審理本案之請求。

本案雙方當事人毫無疑問建立了(外地僱員)勞動合同關係，而按照本澳主流司法見解，被告與勞務中介公司所訂立的提供勞務合同應被定性為向第三人給付之合同，其適用於原被告之間的勞動關係。

同時，對於 2008 年 12 月 31 日以前涉及勞動關係之權利義務類推適用第 24/89/M 號法令，而對其後之權利義務則分別透過類推適用及第 21/2009 號法律第 20 條規定而適用第 7/2008 號法律。

按照被告與勞務中介公司所訂立的提供勞務合同，原告有權在當月沒有任何不合理缺勤下收取相當於 4 天工資的每月勤工津貼。

關於被扣除的住宿費方面，原告已縮減該請求。

關於超時工作補償方面，根據第 7/2008 號法律第 33 條第 1 款及第 5 款規定，結合本澳的司法見解，每天 30 分鐘的準備工作或完結尚未完成工作所需的時間僅適用於偶然發生的情況而非作為延長正常工作時間的常規安排，而第 37 條第 1 款則規定給予正常工作報酬 1.5 倍之薪金。

案中，就原告在正常工作時間以外被安排每天提前 30 分鐘上班的做法屬於常規延長工作時間的情況，從而應視該 30 分鐘為超時工作，並使原告有權獲得按 1.5 倍時薪計算的超時工作補償。然而，因沒有出現第 7/2008 號法律第 36 條第 2 款及第 38 條所規定之任一情況，故被告無須就

原告的超時工作給予補假。

關於被告被指沒有遵守七日一週假規則的情況，根據第 7/2008 號法律第 42 條第 2 款及第 43 條第 1 款、第 2 款及第 4 款規定，立法者剔除了連續四日享受週假的要求，且同樣規定提供週假日工作的僱員除其原有的工資外還有權獲得額外一倍的工資及可折現為工資的一天補假。

案中，原告每工作八日休息一日的做法被視為有效享受週假，故被告僅須就應享受週假日數(每七日一假)與實際享受週假日數(每八日一假)的差額計算原告的週假補償及補假補償。

這樣，就原告之請求，考慮到原告的在職期間(08/11/2009 至今)、追討各補償所涉及的期間(至 31/12/2019)及其實際工作日數，其有權獲得以下補償：

1. 勤工津貼補償：

澳門幣 7,500 元/30 日 X 4 日/月 X 8 個月(08/11/2009 至 31/07/2010)

=澳門幣 8,000 元

2. 超時工作補償

[澳門幣 7,500 元/ (30 日 X 8 小時) X 1.5 X 0.5 小時 X 1678 日(自 08/11/2009, 經扣除 164 日年假/無薪假以及 239 天休息日)] + [澳門幣 7,875 元/ (30 日 X 8 小時) X 1.5 X 0.5 小時 X 1100 日(自 21/07/2015, 經扣除 93 日年假/無薪假以及 157 天休息日)] + [澳門幣 10,600 元/ (30 日 X 8 小時) X 1.5 X 0.5 小時 X 224 日(自 01/04/2019, 經扣除 20 日年假/無薪假以及 31 天休息日)]

= 澳門幣 73,818.44 元

3. 週假補償及補假補償：

[澳門幣 7,500 元/ 30 日 X (1917 日/7 日 - 1917 日/8 日(自 08/11/2009, 經扣除 164 日年假, 取整數)) + 澳門幣 7,875 元/ 30 日 X (1257 日/7 日 - 1257 日/8 日(自 21/07/2015, 經扣除 93 日年假, 取整數)) + 澳門幣 10,600 元/ 30 日 X (255 日/7 日 - 255 日/8 日(自 01/04/2019, 經扣除 20 日年假, 取整數))] X 2

= 澳門幣 32,083.34 元

合共澳門幣 113,901.78 元。

根據《民法典》第 794 條第 4 款配合終審法院第 69/2010 號合議庭裁判所確立的統一司法見解，上述債權須計算自本判決作出日至完全支付之日為止的法定利息。

*

五、 決定

綜上所述，本院裁定原告的訴訟理由部份成立，並判處被告向原告支付澳門幣 113,901.78 元，以及自本判決作出日至完全支付之日為止的法定利息，並駁回其餘之請求。

*

訴訟費用由雙方按敗訴比例承擔。

作出登錄及通知。

Notificadas as partes da sentença, veio o Autor recorrer da sentença para esta segunda instância, concluindo e pedindo que:

1. Versa o presente recurso sobre a dita Sentença na parte relativa à condenação da Ré (B) na compensação devida ao Autor, ora Recorrente, pelo trabalho prestado durante *30 minutos* para além do período normal de trabalho e pelo trabalho prestado em dia de *descanso semanal* (isto é, pelo trabalho prestado após seis dias de trabalho consecutivo em cada período de sete dias de trabalho) à luz da Lei n.º 7/2008;
2. In casu, impõe-se apreciar a interpretação que o Tribunal *a quo* levou a cabo a respeito dos art. 38.º e n.º 2 do art. 42.º da Lei n.º 7/2008, e que conduziu à condenação da Ré (B) numa quantia muito inferior à reclamada pelo Autor em sede de Petição Inicial;

Mais detalhadamente.

3. Resulta da matéria de facto provada que:

- Desde o início da relação de trabalho até 31/12/2019, por ordem da Ré, o Autor está obrigado a comparecer no seu local de trabalho, devidamente uniformizado, com, pelo menos, 30 minutos

de antecedência relativamente ao início de cada turno (9.º);

- Entre 01/08/2009 a 31/12/2019, o Autor compareceu ao serviço da Ré (B) com 30 minutos de antecedência relativamente ao início de cada turno, tendo permanecido às ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos (...) (11.º);

- A Ré (B) nunca pagou ao Autor qualquer quantia pelo período de 30 minutos que antecedia o início de cada turno (12.º);

- A Ré (B) nunca conferiu ao Autor o gozo de um descanso adicional remunerado, proporcional ao período de trabalho prestado (13.º).

4. Não obstante a referida factualidade assente, entendeu o Tribunal *a quo* não ter aplicação o disposto no art. 38.º da Lei n.º 7/2008, porquanto a situação dos autos não se poder subsumir em qualquer das suas previsões normativas. Sem razão, porém, está o ora Recorrente em crer;
5. Com efeito, resulta da matéria de facto que o Autor não era livre de comparecer, ou não, durante o referido período que antecedia o início de cada turno. Estava obrigado a fazê-lo porque assim lhe era imposto pela Ré (B) e com carácter de regularidade, convertendo uma situação que a Lei quis como excepcional num regime regra e sem que exista um qualquer registo a comprovar a voluntariedade e/ ou consentimento do ora Recorrente;
6. Por outro lado, ficou provado que a Ré (B) *nunca conferiu* ao Autor o gozo de um período de descanso adicional remunerado, proporcional ao período de trabalho prestado;
7. A este concreto respeito, na falta de voluntariedade, será sempre de aplicar a solução constante do n.º 1 e/ou do n.º 2 do art. 38.º da Lei n.º 7/2008, razão pela qual deve a Ré (B) ser condenada a pagar ao Autor a quantia de **MOP\$49,212.40** a título de **descanso compensatório**, em consequência do trabalho extraordinário prestado, correspondente ao seguinte:

*- Entre 08/11/2009 a 20/07/2015 - (MOP\$7,500/30 dias/8 horas)
X 0.5 hora X 1678 dias = Mop\$26,218.80;*

- **Entre 21/07/2015 a 20/07/2018** - (MOP\$7,875/30 dias/8 horas) X 0.5 hora X **1100 dias = Mop\$18,046.90;**

- **Entre 21/07/2018 a 31/12/2019** - (MOP\$10,600/(30 dias/8 horas) X 0.5 hora X **224 dias = Mop\$4,946.70.**

8. Ao não entender assim, está o Recorrente em crer ter existido uma *errada* aplicação da norma em questão (leia-se, do art. 38.º da Lei n.º 7/2008) pelo Tribunal *a quo*, o que em caso algum poderá deixar de conduzir, nesta parte, à *nulidade* da decisão recorrida, o que desde já e para os legais e devidos efeitos se invoca e requer.

Acresce que,

9. Resulta da matéria de facto assente que:

- *Desde 08/11/2009 a 31/12/2019, o Autor prestou a sua actividade de segurança para a Ré (B) num regime de turnos rotativos de sete dias de trabalho consecutivos (14.º);*

- *Entre 08/11/2010 a 31/12/2019, a Ré (B) não fixou ao Autor em cada período de sete dias, um período de descanso de vinte e quatro horas consecutivas (...)* (16.º);

- *Entre 08/11/2009 a 31/12/2019 (...) a Ré (B) nunca solicitou ao Autor autorização para que o período de descanso não tivesse uma frequência semanal (17.º);*

- *08/11/2009 a 31/12/2019 a Ré (B) nunca pagou ao Autor qualquer quantia extra pelo trabalho prestado em cada um dos sétimos dias, após a prestação de seis dias de trabalho consecutivo (18.º).*

10. Não obstante a referida matéria de **facto provada**, com vista a apurar o valor que o Autor tinha a receber relativamente ao trabalho prestado em dia de *descanso semanal*, o tribunal *a quo* seguiu o seguinte raciocínio: dividiu o número dos dias de trabalho prestados pelo Autor e descontou os dias em que o Autor havia descansado ao 8.º dia, após a prestação de sete dias de trabalho consecutivos, apurando que o Autor terá direito a

auferir a diferença entre os dois;

11. E a ser assim, salvo o devido respeito, está o ora Recorrente em crer existir um *erro de julgamento* traduzido, entre outro, no facto de se acreditar que a douda Decisão não ter factos para se poder chegar a tal resultado, nem os mesmos constavam da Base Instrutória;
12. Ou melhor, o que impunha apurar era os dias de trabalho em que o Autor prestou trabalho para a Ré em cada 7.º dia, após 6 dias consecutivos de trabalho e não apurar a diferença entre o trabalho prestado ao 7.º dia com os dias de não trabalho que o Autor gozou no 8.º dia após 7 dias de trabalho consecutivo, e consequentemente nada havia a descontar aquando do apuramento do montante indemnizatório, a tal respeito;
13. De onde, salvo melhor opinião, deve a Recorrida (B) ser condenada a pagar ao Recorrente a quantia de **MOP\$128,206,30**, a título de falta de marcação e gozo de *descanso semanal*, acrescido da quantia de **MOP\$ MOP\$128,206,30** a título de *descanso compensatório não gozado* - e não só de apenas **Mop\$32,083,34**, correspondente ao seguinte:
 - Entre **08/11/2009 a 20/07/2015** - MOP\$7,500/30 dias X (1917 dias / 7 dias) = **Mop\$68,500.00 X 2**;
 - Entre **21/07/2015 a 20/07/2018** - MOP\$7,875/30 dias X (1257 dias / 7 dias) = **Mop\$46,987.50 X 2**;
 - Entre **21/07/2018 a 31/12/2019** - MOP\$10,600/30 dias X (255 dias / 7 dias) = **Mop\$12,718.80 X 2**.
14. Ao não entender assim, está o Recorrente em crer ter existido uma *errada* aplicação da norma em questão (leia-se, do art. 43.º da Lei n.º 7/2008) pelo Tribunal de Primeira Instância, o que em caso algum poderá deixar de conduzir, nesta parte, à *nulidade* da decisão recorrida, o que desde já e para os legais e devidos efeitos se invoca e requer.

Nestes termos e nos mais de Direito que V. Exas. encarregar-se-ão de suprir, deve a douda Sentença

ser julgada *nula* e substituída por outra que atenda às *fórmulas de cálculo* tal qual formuladas pelo Autor na sua Petição Inicial e relativas ao trabalho prestado em dia de *trabalho extraordinário e de descanso semanal*, assim se fazendo a já costumada JUSTIÇA!

Ao recurso respondeu a Ré B pugnando pela improcedência.

Admitido no Tribunal *a quo*, o recurso foi feito subir a este Tribunal de recurso.

Liminarmente admitido o recurso e colhidos os vistos, cumpre conhecer.

II

Antes de mais, é de salientar a doutrina do saudoso PROFESSOR JOSÉ ALBERTO DOS REIS de que “*quando as partes põem ao tribunal determinada questão, socorrem-se, a cada passo, de várias razões ou fundamentos para fazer valer o seu ponto de vista; o que importa é que o tribunal decida a questão posta; não lhe incumbe apreciar todos os fundamentos ou razões em que elas se apoiam para sustentar a sua pretensão*” (in *CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANOTADO*, Volume V – Artigos 658.º a 720.º (Reimpressão), Coimbra Editora, 1984, pág. 143).

Conforme resulta do disposto nos artºs 563º/2, 567º e 589º/3 do CPC, são as conclusões do recurso que delimitam o seu objecto, salvas as questões cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras e as que sejam de conhecimento oficioso.

Inexistindo questão de conhecimento oficioso e face às conclusões

do recurso, as questões que constituem o objecto da nossa apreciação consiste em saber, no âmbito da vigência da Lei nº 7/2008, se a comprovada comparência no local de trabalho com 30 minutos de antecedência relativamente ao início de cada turno confere ao Autor o direito ao descanso compensatório a que se refere o artº 38º/1 do mesmo diploma, e se os descansos gozados pelo Autor em cada oitavo dia após a prestação contínua de 7 dias nova laboral são considerados com descanso semanal a que se refere o artº 42º do mesmo diploma.

O Autor pede na acção a condenação da Ré B a pagar-lhe, *inter alia*, a compensação do descanso compensatório a que se refere o artº38º da Lei nº 7/2008 e do trabalho prestado nos dias de descanso semanal.

O Tribunal *a quo* negou-lhe o direito à compensação do descanso compensatório a que se refere o artº38º da Lei nº 7/2008 e deu-lhe parcialmente razão quanto aos descansos semanais não gozados.

Veio agora o Autor questionar a solução dada pelo Tribunal *a quo* em relação a ambas as questões.

1. Do descanso compensatório a que se refere o artº38º da Lei nº 7/2008

Para o Autor, ora recorrente, a comprovada comparência no local de trabalho com 30 minutos de antecedência relativamente ao início de cada turno confere-lhe o direito ao descanso compensatório a que se refere o artº 38º/1 da Lei nº 7/2008.

Diz esse artigo dedicado ao descanso compensatório do trabalho extraordinário no seu nº 1 que:

1. Nas situações previstas nas alíneas 1) e 2) do n.º 2 do artigo 36.º, o trabalhador tem direito a gozar um descanso adicional, remunerado nos termos gerais, com uma duração:

1) Não inferior a vinte e quatro horas, se o período de trabalho atingir o respectivo limite diário máximo;

2) Proporcional ao período de trabalho prestado, se o período de trabalho não atingir o respectivo limite diário máximo.

Por sua vez, o artº 36º/2-1) e 2), para o qual remete o artº 38º/1, reza:

2. O empregador pode determinar que o trabalhador preste trabalho extraordinário, independentemente do seu consentimento, quando:

1) Se verifiquem casos de força maior, caso em que o período de trabalho diário não pode exceder dezasseis horas;

2) O empregador esteja na iminência de prejuízos importantes, caso em que o período de trabalho diário não pode exceder dezasseis horas;

Face ao disposto nas normas acima transcritas, para que ao trabalhador possa ser conferido o direito ao descanso compensatório, é que preciso que o trabalho extraordinário seja prestado nas circunstâncias excepcionais especificadas no artº 36º/2-1) e 2) da Lei nº 7/2008.

Todavia, ante a factualidade assente na primeira instância, não impugnada em sede do presente recurso, não se mostra comprovada qualquer das situações aí indicadas.

Assim, sem mais delonga, é de julgar improcedente esta parte de recurso.

2. Do erro de direito em relação à compensação pecuniária arbitrada pelo trabalho prestado nos dias de descanso semanal e ao dia compensatório na vigência da Lei nº 7/2008

Estão em causa factos ocorridos na vigência da Lei nº 7/2008.

Este diploma regula no seu artº 42º a matéria de descanso semanal nos termos seguintes:

- 1. O trabalhador tem direito a gozar um período de descanso remunerado de vinte e quatro horas consecutivas por semana.*
- 2. O gozo do período de descanso pode não ter frequência semanal em caso de acordo entre as partes ou quando a natureza da actividade da empresa o torne inviável, casos em que o trabalhador tem direito a gozar um período de descanso remunerado de quatro dias por cada quatro semanas.*
- 3. O período de descanso é fixado pelo empregador consoante as exigências do funcionamento da empresa, com uma antecedência mínima de três dias.*

Na petição inicial, o Autor pediu a condenação da Ré a pagar-lhe um dia de remuneração de base, acrescido de um dia de descanso compensatório (substituído por um dia de remuneração de base), pelo trabalho prestado ao sétimo dia, após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho em cada semana, quer na vigência do Decreto-Lei nº 24/89/M quer na da Lei nº 7/2008.

Em sede de contestação, a Ré veio a defender-se dizendo que o Autor já gozou um período de descanso de vinte e quatro horas em cada oitavo dia, após a prestação de sete dias de trabalho consecutivo.

Ficou provado que:

- Desde 08/11/2009 a 31/12/2019, o Autor prestou a sua actividade de segurança para a Ré (B) num regime de turnos rotativos de sete dias de trabalho consecutivos. (14º)
- A que se seguia um período de vinte e quatro horas de não trabalho, em regra, no oitavo dia, que antecedia a mudança de turno. (15º)
- Entre 08/11/2009 a 31/12/2019, a Ré (B) não fixou ao Autor em cada período de sete dias, um período de descanso de vinte e quatro horas consecutivas, sem prejuízo da resposta aos quesitos 1º, 2º e 4º. (16º)
- Entre 08/11/2009 a 31/12/2019 – descontados os períodos em que o Autor esteve ausente de Macau – a Ré (B) nunca solicitou ao Autor autorização para que o período de descanso não tivesse uma frequência semanal. (17º)
- Entre 08/11/2009 a 31/12/2019 a Ré (B) nunca pagou ao Autor qualquer quantia extra pelo trabalho prestado em cada um dos sétimos dias, após a prestação de seis dias de trabalho consecutivo. (18º)

Ora, quando globalmente interpretada a matéria tida por assente na 1ª Instância e ora transcrita *supra*, é de concluir que o Autor não gozou um período de 24 horas de descanso semanal num período de sete dias, nos termos impostos pelo artº 42º da Lei nº 7/2008 e prestou efectivamente trabalho naqueles períodos de 24 horas que deveriam ser de descanso.

É verdade que ficou provado que o Autor gozou um dia de descanso no oitavo dia após cada sete dias de trabalho consecutivos durante ao serviço da Ré.

Todavia, não tendo sido demonstrado pela Ré, sobre a qual impende o ónus de prova, que se verificou qualquer das circunstâncias previstas no artº 42º/2 da Lei nº 7/2008, justificativas

da derrogação da regra geral da frequência semanal exigida no nº 1 do mesmo artigo, é de entender aplicável *in casu* essa regra geral.

Assim, é de revogar a sentença ora recorrida e passar a arbitrar, em substituição, ao Autor a compensação de dia de remuneração de base, acrescido de um dia de descanso compensatório (substituído por um dia de remuneração de base), pelo trabalho prestado ao sétimo dia, após a prestação de seis dias consecutivos de trabalho em cada semana, conforme detalhadamente apurado na matéria assente de 1ª instância, no período compreendido entre 08NOV2009 a 31DEZ2019, em que vigora a Lei nº 7/2008.

Tendo em conta o facto provado de que o Autor gozou um dia de descanso no oitavo dia após cada sete dias de trabalho consecutivos durante ao serviço da Ré, por razões de justiça, não nos repugna de aceitar que esse dia de descanso no oitavo dia que se seguia sempre e regularmente aos turnos rotativos de sete dias consecutivos seja considerado, habilmente, no plano de juízo de direito, como descanso compensatório a que se refere o artº 43º/2 da Lei nº 7/2008, ou seja para compensar o descanso semanal que ficou por gozar no período de sete dias imediatamente anterior.

Assim, a título da compensação pelo trabalho prestado nos dias de descanso semanal, é de arbitrar a favor do Autor a quantia calculada pela seguinte fórmula:

MOP\$68.250,00 (MOP\$7.500,00/30dias X 1917dias/7)

MOP\$46.987,50 (MOP\$7.875,00/30dias X 1257dias/7)

MOP\$12.719,88 (MOP\$10.600,00/30dias X 255dias/7)

E a título dos dias compensatórios que, que ficaram por gozar, ora convertidos em igual número de dia de remuneração de base, é de arbitrar a favor do Autor a quantia calculada pela seguinte fórmula:

$MOP\$8.500,00[(MOP\$7.500,00/30\text{dias} \times (1917\text{dias}/7 - 1917\text{dias}/8)]$

$MOP\$5.775,00[(MOP\$7.875,00/30\text{dias} \times (1257\text{dias}/7 - 1257\text{dias}/8)]$

$MOP\$1.766,65 [(MOP\$10.600,00/30\text{dias} \times (255\text{dias}/7 - 255\text{dias}/8)]$

III

Pelo exposto, acordam em julgar parcialmente procedente o recurso interposto pelo Autor e revogar a sentença recorrida na parte respeitante à condenação da Ré relativamente às compensações pelo trabalho prestado nos dias de descanso semana, passando a atribuir ao Autor:

- A título da compensação pelo trabalho prestado nos dias de descanso semanal, na vigência da Lei nº 7/2008, o valor de MOP\$ MOP\$127.957,38;
- A título dos 61 dias compensatórios de descanso semanal, na vigência da Lei nº 7/2008, que ficaram por gozar, ora convertidos em igual número de dia de remuneração de base, o valor de MOP\$16.041,65;
- Manter a sentença recorrida na parte que não foi impugnada ou impugnada sem êxito e não modificada por este Acórdão.

Custas pelo recorrente e pela recorrida, na proporção de

Decaimento, em razão de 1/4 e 3/4, respectivamente.

RAEM, 13JAN2022

Lai Kin Hong
Fong Man Chong
Ho Wai Neng